

V. Proposições segundo Eixos Estratégicos

São apresentadas nos tópicos a seguir as orientações específicas e as proposições de cada eixo estratégico em suas subdivisões temáticas.

a. Desenvolvimento Econômico

- *Política de desenvolvimento econômico e economia solidária*

A proposta geral da política de desenvolvimento econômico concentra-se no foco da geração de trabalho, renda e de novos negócios. E para tanto, a diretriz estratégica reside na *consolidação de um setor terciário moderno*. Para alcançar esses propósitos, são apontados três macro-objetivos:

- Elevar a empregabilidade, envolvendo a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra;
- Fortalecer as atividades econômicas, compreendendo a estruturação do comércio e serviço popular e a dinamização de serviços e comércio modernos; e
- Inovar e promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Desdobram-se, a partir de então, três objetivos específicos, tendo em vista alcançar como impacto a elevação do PIB municipal e do Índice de Desenvolvimento Humano no componente Renda (IDHM-Renda) e a diminuição da concentração de renda. São eles:

- Criar um ambiente favorável ao estabelecimento de novos negócios e ao empreendedorismo;
- Elevar o total de postos de trabalho e a renda média;
- Fortalecer a atividade econômica municipal.

Assim, definem-se três eixos de intervenção, com ações voltadas para o estímulo e apoio a:

- Empresas e Serviços Modernos, a Economia do Turismo e da Cultura
- Políticas de Trabalho e Economia Solidária.
- Criação de micro-pólos de desenvolvimento urbano.

E também se firmam enquanto estratégias de intervenção:

- A ampliação do acesso ao microcrédito orientado;
- A democratização do acesso à informação e ao conhecimento;
- O estímulo à ampliação dos ambientes de produção;
- O fomento à inovação nas atividades econômicas.

A análise das condições atuais considerada no contexto dos fundamentos e propósitos expostos anteriormente faz identificar um conjunto de oportunidades estratégicas que assumirão uma condição de prioridade na implementação do PPA 2010-2013, sendo elas:

- *Suape*, considerando a demanda por serviços modernos, como consultorias, serviços educacionais e engenharias;
- *Copa 2014*, com o desafio de preparar a cidade para aproveitar as oportunidades econômicas de maneira mais equitativa e com o devido controle urbano;
- *Grande Recife Consórcio de Transporte*, materializado na configuração de terminais com diversificação econômica, incluindo preferencialmente o comércio informal “ambulante” na escala metropolitana envolvendo além do Recife, Paulista, Olinda, Jaboatão dos Guararapes – que compõem o sistema viário Norte-Sul;
- *Micro-pólos de desenvolvimento*, em territórios irradiadores de desenvolvimento;
- Cadeias produtivas, com enfoque dirigido ao PARQTEL, o Porto Digital, o Pólo Médico, a instalação de unidades de *Call Center*, e ainda atenção especial aos segmentos da gastronomia, economia criativa, dentre outras.

Na implementação desse modelo são apontados como critérios na identificação e definição de territórios prioritários:

- IDHM inferior a 0,8 (com IDH renda < 0,8 e IDHM-educação \geq 0,8);
- Ter sinais de atividade econômica local;
- Ser beneficiário de Políticas Públicas Sociais;
- Quantitativo populacional;
- Renda média dos responsáveis pelo domicílio menor que R\$ 800,00;
- Ser uma ZEDE ou ter forte vínculo sócio-econômico com uma ZEDE;
- Ser uma ZEIS beneficiária de Programas de Transferência de Renda.

Ainda assim outros critérios são apontados para a definição de atividades econômicas prioritárias:

- Apresentar vantagens competitivas.
- Ser dinâmico.

- Apresentar efeito multiplicador de atividades econômicas, emprego e renda.
- Apresentar potencial para exportar.

Por fim, o monitoramento da política de desenvolvimento econômico tomará como indicadores:

- PIB municipal
- IDHM (municipal, RPA, ZEIS)
- IDHM-Renda (municipal, RPA, ZEIS)
- Gini (mensuração da concentração de renda)
- Renda média do responsável pelo domicílio;
- Número de negócios estabelecidos na comunidade;
- Número de negócios que evoluíram de informal para formal;
- Número de negócios que evoluíram de autônomo para PJ;
- Número de negócios que cresceram;
- Taxa de mortalidade de negócios;
- Taxa de crescimento de negócios;
- Taxa de empregabilidade;
- Número de novos negócios e postos de trabalho na comunidade;
- Número de indivíduos que evoluíram do Programa Bolsa Família;

○ *Cultura*

No campo da Cultura, integrado a um projeto de desenvolvimento econômico, novos desafios se apresentam para consolidação da política cultural na Cidade do Recife:

- Manter as conquistas ampliando e aprofundando ações em todas as RPA's;
- Qualificar e organizar os segmentos artísticos e os produtores culturais;
- Aumentar, incentivar, divulgar, a produção cultural;
- Ampliar a captação de recursos;
- Levar o conhecimento da memória histórica da cidade à população;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias para maior qualificação das atividades.
- Estruturar Secretaria de Cultura e a Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR) para responder aos novos desafios.

Com base nas diretrizes e programas estratégicos do Plano Municipal de Cultura e nas deliberações da Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2007, fundamenta-se o planejamento das ações a serem desenvolvidas. E caberá aos gestores da Secretaria e da

Fundação de Cultura definir as prioridades, conforme a disponibilidade de recursos previstos no orçamento. Tais decisões observam orientações estratégicas, primeiramente conforme a classificação das ações nos seguintes campos:

- Diversidade, descentralização e direitos culturais;
- Economia da Cultura;
- Patrimônio cultural e arquitetura;
- Formação e intercâmbio cultural; e
- Gestão Pública da Cultura;

No mais, a escolha de prioridades nas ações da promoção da cultura também resulta de sua análise diante dos seguintes objetivos estratégicos:

- Desenvolver a cultura em todos os seus campos, como expressão e afirmação de identidade;
- Democratizar o acesso e descentralizar as ações culturais, num movimento de mão dupla, centro-periferia/periferia-centro;
- Inserir a cultura no processo econômico, como fonte de geração e distribuição de renda;
- Consolidar o Recife no circuito nacional e internacional da cultura;
- Implementar um modelo de gestão moderno, transparente e democrático;
- Viabilizar uma política cultural ampla e integrada ao espaço metropolitano;
- Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local;
- Estimular, através da cultura, o exercício da cidadania dos recifenses e oferecer especialmente aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade;

Com base nos objetivos estratégicos, nos relatórios quantitativos e qualitativos, nas pesquisas realizadas no período 2002/2008, nas atividades em parcerias com outros órgãos da administração Municipal, Estadual e Federal, a Secretaria de Cultura, realizará um aprofundado estudo para consubstanciar todos os dados culturais. Esse esforço vai originar, de forma referencial, um conjunto de subsídios técnicos, que constituirão os Indicadores Culturais do Recife, podendo-se citar como exemplo:

- O crescimento das atividades culturais;
- O crescimento do turismo cultural;
- Imaginário da identidade cultural;
- A construção social da cultura.

○ *Turismo*

Constitui objetivo central da política de turismo consolidar a imagem do Recife como cidade turística, geradora de emprego e renda, atraente e vivenciada por sua população, e destino preferencial para os mercados emissores.

Neste contexto, a Secretaria de Turismo está alinhada à política da atual gestão municipal, contribuindo, através da implementação de projetos e atividades de caráter diverso, para minimizar desigualdades, promover a inclusão social e zelar pela cidade enquanto patrimônio natural, cultural e local de moradia e orgulho da população.

A partir daquele propósito geral e da sua conformação sob essa estratégia de integrar-se a políticas sociais e culturais, são apontados os seguintes objetivos específicos:

- Preparar o Recife para atrair e bem receber os fluxos turísticos decorrentes da realização da Copa das Confederações/Copa 2014;
- Elevar a competitividade turística do Recife, tornando a cidade referência em qualidade para o visitante;
- Assegurar o aproveitamento efetivo da visibilidade atribuída ao Recife enquanto subsede da Copa 2014;
- Fortalecer o desempenho do Recife como destino indutor, capaz de, enquanto capital de Pernambuco e grande concentrador da infra-estrutura receptiva do estado, contribuir decisivamente ao desenvolvimento turístico regional;
- Tornar mais atraente e dinâmica a imagem turística do Recife por meio de um trabalho objetivo e pontual, focado na estruturação de produtos turísticos, melhoria dos serviços receptivos e fácil acesso à informação;
- Contribuir para o uso responsável dos recursos naturais e históricos, ao respeito à produção cultural, para a inserção da população residente no processo turístico e para a competitividade mercadológica dos produtos turísticos recifenses;
- Assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Recife;
- Elevar a participação da renda gerada pelo turismo no PIB do Recife;
- Assegurar e elevar o patamar de empregos hoje disponibilizados por setores ligados direta ou indiretamente ao turismo no Recife;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população e acompanhar os avanços obtidos;

- Identificar novos atrativos para o Recife e requalificar/divulgar aqueles que, embora já existentes, sejam ainda desconhecidos para a maioria da população e integrantes da cadeia produtiva local;
- Estimular o incremento dos fluxos turísticos internos e externos, bem como o aumento da taxa de permanência no Recife; incrementar o gasto individual diário do visitante, sem esquecer a importância dos excursionistas vindos dos estados vizinhos e de cidades de Pernambuco, criando programações específicas para atraí-los nos fins de semana e feriados, sobretudo em períodos de baixa estação;
- Incentivar os investimentos no turismo do Recife junto aos setores público e privado;
- Avançar na promoção do Recife junto aos mercados emissores e gerir o turismo buscando o alinhamento entre fluxo turístico, oferta hoteleira e infra-estrutura;
- Contribuir para a manutenção e viabilidade econômica da capacidade turística instalada no Recife;
- Estimular o consumo turístico do Recife por sua própria população;
- Envolver a comunidade no planejamento e operacionalização do turismo, compartilhando com cada cidadão a responsabilidade de “bem receber” o visitante;
- Facilitar a integração dos vários setores que compõem o fenômeno turístico, estimulando a parceria de trabalho entre os mesmos.

Com base na análise dos objetivos da Política de Turismo, podem-se apontar as principais diretrizes da mesma, quais sejam:

- Vivência da cidade pela população;
- Qualidade do destino;
- Preparação turística da cidade para recepção da Copa 2014;
- Incremento dos fluxos turísticos;
- Incremento da receita turística;
- Inclusão social através do turismo;
- Atração de investimentos.

Por fim, foram estabelecidas metas, após discussão com o *Trade Turístico* e outros segmentos da iniciativa e privada e do poder público, visto exigirem o envolvimento e a parceria dos mesmos. Dentre as metas propostas estão:

- Estruturação de uma base informacional sobre o Recife para subsidiar o *trade* na venda do destino; estímulo ao consumo turístico e à elevação da taxa de permanência na cidade e consolidação, junto à imprensa e demais veículos de comunicação, de

uma imagem do Recife como atraente destino de viagens, capaz de atender aos anseios e expectativas dos diversos mercados emissores;

- Qualificação de 70% da cadeia produtiva do turismo no Recife (cerca de 30.000 profissionais ligados direta e indiretamente ao setor), incluindo o conhecimento “*in loco*” dos produtos e serviços turísticos, de modo a assegurar o domínio e a apropriação da cidade por parte dos supracitados profissionais;
- Operacionalização, pelas agências receptivas locais, dos 20 roteiros turísticos estruturados através da parceria Setur/*Trade* e criação de novos passeios a partir de oportunidades identificadas no mercado, a exemplo de *tour* pelo Bairro do Recife direcionado aos passageiros dos cruzeiros que desembarquem na cidade;
- Captação, identificação, fortalecimento, apoio ou criação de um evento/mês capaz de atrair fluxos turísticos internos (Região Metropolitana e Pernambuco), regionais, nacionais e/ou internacionais;
- Ampliação da política municipal de incentivos fiscais para instalação de empreendimentos turísticos no Recife e desenvolvimento de um trabalho de captação de investimentos, de modo a fomentar o crescimento de 50% na oferta de leitos da cidade, viabilizando a hospedagem de novos fluxos turísticos, inclusive durante a Copa 2014;
- Manutenção da ocupação hoteleira no patamar de 80%;
- Crescimento de 10% no gasto médio individual diário do visitante mediante a divulgação de oportunidades de consumo, com compras, passeios, programas especiais e outros itens de interesse turístico;
- Incremento da taxa de permanência do turista na cidade para quatro dias, por meio da estruturação de pacotes especiais em parceria com operadoras turísticas;
- Estímulo, ao longo do quadriênio 2009/2012, ao aumento de 30% no número de recifenses que conhecem os principais atrativos turísticos de sua cidade (*Imperdíveis do Recife*);
- Fazer do Recife o principal portão de entrada do Nordeste.

Para avaliar o desempenho do turismo no Recife durante o quadriênio podem ser considerados como indicadores:

- Evolução do fluxo turístico global;
- Evolução da oferta hoteleira;
- Evolução da taxa de permanência no Recife;
- Evolução do Gasto Médio Individual Diário do Turista – GMID;
- Evolução dos índices de ocupação hoteleira;

- Evolução do desempenho dos serviços de alimentação e lazer;
- Evolução do grau de conhecimento do Recife pelo recifense;
- Evolução do Índice de Satisfação do Turista;
- Evolução da oferta de emprego na hotelaria e na área de alimentação.

b. Desenvolvimento Urbano e Ambiental

As principais linhas de ação propostas contemplam o planejamento urbano participativo, o fortalecimento do controle urbano e ambiental – com foco tanto no espaço natural quanto no construído, e especial atenção a áreas de riscos –, o exercício da gestão e os sistemas de informação, e a descentralização e integração urbana.

A sustentabilidade das Cidades está diretamente ligada à garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações. Para garantir a perspectiva do desenvolvimento sustentável é fundamental estabelecer uma relação entre as Políticas Urbanas, Sociais e Ambientais, e o Desenvolvimento Econômico para reabilitar ambientes degradados e oferecer melhor condição de mobilidade e habitabilidade, integrando os espaços de forma confortável e segura.

A excelência da qualidade de vida nas cidades é fator crucial para a convivência pacífica dos cidadãos e para a minimização da violência urbana. O planejamento e o controle urbano e ambiental são algumas das ferramentas para se alcançar este objetivo.

o Planejamento Urbano Participativo

Caberá ao Sistema de Planejamento Urbano Participativo e de Gestão Democrática coordenar a elaboração de Planos Setoriais, de Planos e Programas Regionais, Microrregionais ou Locais e ainda do Orçamento Participativo Anual. Os Planos e Programas Regionais, Microrregionais ou Locais deverão conter objetivos, diretrizes, metas, ações e vinculação orçamentária específica, por região político-administrativa, e serão elaborados com a participação das instâncias do Orçamento Participativo da região, em consonância com o Plano Diretor.

Almeja-se utilizar a experiência, a tecnologia e os mecanismos desenvolvidos na proposta do Orçamento Participativo, um dos maiores programas de democracia participativa do país. Esse será o ponto de partida para consolidar o modelo de Planejamento Participativo, que integra a população aos processos de desenvolvimento urbano e ambiental, e garante os seus direitos no exercício da cidadania.

Para dar suporte ao Planejamento Participativo, deverão ser desenvolvidos os planos microrregionais, priorizando um novo tratamento para os morros da cidade, com transformação da atual política de prevenção de riscos numa política de urbanização de morros, de forma a integrá-los à cidade através da mobilidade e acessibilidade urbana.

Os Planos Microrregionais deverão ainda prever a construção de equipamentos e espaços públicos de educação, cultura e lazer tendo como foco a concepção das escolas-bairro. Além disso, deve propiciar o desenvolvimento das Zonas Especiais de Dinamização Econômica (ZEDE) – parte do zoneamento definido no Plano Diretor – e das áreas de atividades múltiplas, compreendendo os eixos e centros principais, secundários e locais, dotando-os de corredores de transporte coletivo e boas condições de acessibilidade. Merece ainda destaque a qualificação das ZEDes do Centro Principal de Boa Viagem, e do Centro Expandido para exercerem o papel de centros metropolitanos, com capacidade de dar suporte às repercussões dos grandes investimentos no Complexo de SUAPE.

A reabilitação e dinamização do Centro Expandido deverão focar principalmente a utilização do estoque imobiliário vazio ou subutilizado para fins habitacionais, a diversificação de usos, e a requalificação de espaços e equipamentos urbanos. Tudo isso em consonância com o Estatuto da Cidade e com as políticas e investimentos federais conduzidos pelo Ministério da Cidade, especialmente.

A Mobilidade Urbana, conjunto organizado e coordenado dos meios, serviços e infra-estrutura que costura o tecido urbano garantindo os deslocamentos de pessoas e bens na cidade, é o foco principal do planejamento para os próximos anos. Desta forma, as ações serão voltadas para a integração das redes de transporte e circulação viária, com a construção de terminais do Sistema Estrutural Integrado (SEI), dos corredores de transporte coletivo, de ciclovias, e de vias estruturadoras como a Via Mangue, obra prioritária para circulação da zona sul. São ações que vão além da dimensão do próprio Recife, aprimorando sua vocação de principal pólo metropolitano.

Têm igual importância as obras complementares de mobilidade e acessibilidade, destacando a requalificação dos passeios públicos, com a eliminação dos obstáculos que interferem negativamente na circulação do pedestre. Com o mesmo propósito, destaca-se a requalificação de terminais e paradas de coletivos nos centros secundários e, particularmente, nas áreas de morros.

O planejamento reafirma, assim, o seu papel de definir as diretrizes necessárias para que o município possa exercer o controle urbano.

- *Controle Urbano e Ambiental*

O processo de crescimento das cidades, pautado em ações que privilegiam a geração de lucro e não o bem-estar social, destruiu relações culturais, ambientais e sociais que precisam ser resgatadas. O controle urbano e ambiental deverá assumir nova postura frente à sociedade, buscando garantir a qualidade de vida almejada pela população e retratada no planejamento urbano participativo.

- O Controle do Meio Ambiente Natural

Firma-se o compromisso de dar prosseguimento à estruturação institucional de uma política ambiental, fazendo com que se torne capaz de oferecer suporte aos novos investimentos metropolitanos. O objetivo é de conferir qualidade ambiental na construção de uma cidade do presente e do futuro, socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente sustentável.

A ampliação dessas conquistas é obtida pela perfeita coordenação das ações de comando e controle ambiental, ações de educação e de comunicação ambientais, além da efetivação de programas ambientais setoriais.

O controle da qualidade ambiental integra os segmentos do licenciamento, combate à poluição sonora, fiscalização e monitoramento. A recente municipalização do licenciamento coloca como meta a total informatização dos procedimentos, com a criação do portal de licenciamento ambiental municipal, que visa tornar o processo mais célere e transparente.

O tratamento da poluição sonora será prévio, apoiado nas ações do licenciamento ambiental, que avalia os impactos antes que eles aconteçam, assim como no alvará para utilização sonora. O controle preventivo dessa e de todas as formas de poluição é medida necessária

para se obter a efetiva tutela do patrimônio ambiental do município e está lastreada por estruturas de fiscalização ambiental, realizada por corpo técnico efetivo apoiado pelo grupo ostensivo de brigadistas ambientais da Guarda Municipal.

Aparecem como suporte fundamental às atividades de licenciamento o alvará e a fiscalização, o monitoramento da qualidade ambiental, por sua tarefa precípua de identificar e atualizar os padrões de qualidade ambiental da cidade do Recife. A implantação do monitoramento da qualidade ambiental será estruturado para que viabilize o desempenho qualitativo, avaliado por indicadores ambientais pretendidos para o Recife.

Num contexto em que se pretende o envolvimento da população, a continuidade do patrocínio às políticas de participação popular, formação cidadã e de construção coletiva será realçada com a consolidação da política de educação ambiental municipal, que essencialmente prima por transversalidade e por adoção de boas práticas institucionais e da sociedade.

Na esteira das boas práticas da coletividade, a qualidade do ambiente urbano envolve iniciativas, projetos e ações voltados à ampliação de espaços verdes na cidade, com o objetivo de contribuir para a amenização do clima, oferecer uma paisagem menos árida à cidade, estimular a convivência do homem com a natureza e a proteção do patrimônio ambiental da cidade materializado pelas suas unidades de conservação.

A perfeita articulação inter-setorial da administração municipal, integrando as agendas de cada uma das políticas públicas com a política ambiental será favorecida pela ação conjunta dos diversos atores ambientais, que promoverá a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

- O Controle do Meio Ambiente Construído

Tornar a ação pública mais eficiente e proporcionar resolubilidade em todas as áreas de atuação, agilizando processos e reduzindo o tempo e a distância entre a Prefeitura e o cidadão do Recife é premissa de governo.

Atendendo a competência municipal de disciplinar o uso do solo urbano, através da aplicação da Legislação Urbanística, com o licenciamento e fiscalização de todas as obras e atividades urbanas efetuadas na cidade, o Controle Urbano representa uma interface importante da Prefeitura com os cidadãos.

Cumprir com eficiência a desafiante missão de gerenciar os conflitos entre os diversos usos, nos espaços públicos e privados da cidade, atendendo com qualidade às demandas do cidadão será uma meta prioritária.

Desta forma, contratação de novos servidores concursados, modernização dos sistemas de acompanhamento dos processos e capacitação dos servidores para aplicação das novas legislações como o Plano Diretor, a Lei de Publicidade e a Lei de Alvarás, vem sendo implementados e precisam ter continuidade no sentido de eficientizar a atuação do poder público no atendimento das demandas da população.

O processo de integração das ações de controle urbano com os diversos segmentos do poder público, notadamente com Desenvolvimento Econômico, na busca de alternativas para a formalização do comércio informal, com o estímulo aos comerciantes que, formalizados, terão direito a incentivos que hoje não são alcançados e com a Defesa Civil, na ampliação do Plano de Redução de Riscos dialogando com os planos microrregionais, de forma a obter um melhor resultado nas ações desenvolvidas nas áreas de morros na cidade.

Para o alcance de melhores resultados e eficiência na gestão urbana da Cidade, são elementos fundamentais: adequação da estrutura organizacional e dos recursos materiais do Controle Urbano, ampliação e modernização do cadastro dos comerciantes informais da cidade, cobrindo e detalhando todo o universo de modo a fornecer subsídios para Projetos de intervenção; Intensificação da fiscalização (do comércio informal + controle urbano) no centro histórico e pontos turísticos, áreas públicas e de risco; Modernização do Sistema dos Processos de Fiscalização de Controle Urbano; Digitalização dos arquivos das regionais da DIRCON; Capacitação dos servidores para aplicação das novas legislações urbanísticas, Plano Diretor, etc; Capacitação dos servidores em ferramentas gerenciais e atendimento ao público; Criação de procedimentos para agilizar a análise dos processos de Alvarás de Localização e Funcionamento e implementação dos novos instrumentos jurídicos concebidos no Plano Diretor.

- O Controle de Riscos

A Defesa Civil envolve um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Os princípios norteadores do Sistema de Defesa Civil da Cidade estão pautados nos seguintes eixos: i) Defesa civil permanente; ii) Ação descentralizada; iii) Administração de proximidade; iv) visão sistêmica dos espaços; v)

integração dos órgãos do sistema; vi) intervenção continuada de pequeno porte; vii) participação direta da população.

O modelo atualmente aplicado está baseado em atividades de identificação e análise do risco (Prevenção e Preparação) com a elaboração do Plano Local de Redução do Risco- PLRR (execução na normalidade), no contingenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros (Reconstrução e Resposta): e no Plano de Comunicação de Risco

A médio e longo prazo os principais desafios para a melhoria do gerenciamento de risco estão diretamente ligados a ampliar o apoio ao controle urbano efetivo ;ampliar o apoio a atividade educacional ampliando a percepção do risco e a preservação ambiental;ampliar o apoio ao desenvolvimento de um planejamento urbano inclusivo, focado na melhoria da condição de habitabilidade; ampliar a capacidade instalada para melhoria na qualidade da prestação do serviço;ampliar o controle social nas ações desenvolvidas e a integração com outros mecanismos de participação e defesa da população, tais como, conferências, conselhos, atividade de segurança e defesa social.

- *Gestão e Informação*

A administração municipal considera o fato de que a necessidade de informações precisas e ajustadas ao contexto das Secretarias Municipais é fundamental para auxiliar nos processos de gestão, de forma alinhada com os preceitos constitucionais quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, Plano Diretor e Políticas Sociais.

Está programada a construção de uma base cartográfica precisa e atualizada, de ferramentas específicas para um Sistema de Informações Geográficas. Com isso pode-se integrar a coleta, armazenamento, manipulação, análise e apresentação de informações sobre entes de expressão espacial. Assim, com metodologias adequadas de trabalho, pode-se dar suporte à implementação de diversas soluções para as Secretarias Municipais, tais como de Planejamento, Finanças, Saneamento, Saúde, Educação entre outras, sendo de fundamental importância para o apoio à tomada de decisão, a aquisição dos produtos e serviços.

- *Descentralização e Integração*

A melhoria do serviço prestado à população implica em aprimorar as relações intergovernamentais e o controle social da população sobre as ações do executivo e encontra

na descentralização e na implantação de ouvidorias fundamentos estruturadores de uma nova modelagem de gestão pública.

Uma importante estratégia é aprofundar a descentralização para intervir regionalmente de forma articulada, evitando a fragmentação, dispersão e baixa otimização dos recursos, priorizando uma lógica territorial horizontalizada, para um ágil desempenho do serviço público e atendimento eficiente às demandas dos cidadãos.

Neste sentido, coordenar ações regionais integradas é ter como perspectiva aumentar a eficiência e a eficácia das ações do governo, mediante responsabilização de seus agentes, através da transparência, moralidade e eficiência na execução, com auxílio de ferramentas tecnológicas de escuta a população.

Assim, as ações integradas tornam a gestão pública eficiente e influencia nas mudanças das estruturas tradicionais e verticalizadas de organização dos governos, tendo como importante missão melhorar as condições de vida da população em áreas delimitadas geograficamente.

A promoção e ampliação das responsabilidades gerenciais, para descentralizar a execução das ações, valorizam a autonomia dos gerentes e servidores, em contínua capacitação, fomentando as ações administrativas, de forma eficaz e ágil, adotando sempre os critérios legais, orientadas para o resultado, com foco no cidadão, que é a marca desta gestão.

- *Infra-estrutura e serviços*

Na construção das políticas a serem implementadas pela Secretaria de Serviços Públicos e suas empresas de administração indireta, para o próximo quadriênio, foram consideradas as seguintes premissas:

- Orientação estratégica em dar continuidade aos Projetos e ações do governo da gestão anterior, procurando aperfeiçoar e redirecionar as questões técnicas, quando necessário, objetivando o melhor resultado possível
- Identificação entre os eixos estratégicos do governo da gestão anterior, com os eixos do atual plano de governo.
- Propor políticas em conformidade com o atual plano de governo e quando possível, integrado a ações do governo do Estado, para a região metropolitana.
- Atender as necessidades indicadas nos diagnósticos realizados e se estruturar para a implementação de Projetos e Ações, voltados para a Requalificação e Manutenção da

Intra-Estrutura urbana do Recife, objetivando alcançar um padrão de excelência nos serviços públicos, compatível com a realização da Copa do mundo de 2014.

São apresentadas a seguir algumas das principais ações previstas para o período:

- Requalificação de Espaços de interesse Público:
 - Consolidar o programa de Requalificação e Reapropriação dos Espaços Públicos, priorizando dentre outras ações a requalificação da orla marítima e urbana, além de contenção do avanço do mar da praia de Boa Viagem;
 - Planejar a ampliação e modernização dos Cemitérios Públicos (Necrópoles);
 - Construção do anexo do Mercado de São José e articulação do seu entorno com a requalificação das áreas do Porto do Recife;
 - Construção do anexo do Mercado de Nova Descoberta e ordenamento do seu entorno;
 - Desapropriação e reforma dos Mercados de Engenho do Meio, Areias e Boa Viagem;
 - Requalificar os principais mercados para tornarem-se equipamentos atrativos, visando à realização da Copa de 2014, no Brasil, por meio da execução de obras civis de intervenções e adequações na infraestrutura;
 - Elaborar estudo para identificar as necessidades e Implementar projetos de Arborização dos espaços públicos, para colocar o Recife no ranking das capitais com melhor qualidade de vida, nesse aspecto;
 - Implantar uma política de arborização urbana, estabelecendo como meta disponibilizar o mínimo de 12 metros quadrados de área verde por habitante, conforme a recomendação da ONU;
 - Implementar Projetos de Macro-Drenagem; Manter as obras de contenção do avanço do mar; Recuperar e Manter Pontes, Viadutos, Túneis, Pontilhões e Passarelas do Município; Recuperar e Manter Banheiros Públicos.

- Mobilidade e Acessibilidade
 - Consolidar a implantação do PRONASCI, – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, através de projeto integrado com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã;
 - Central de Operações Integradas – Integrar a central de operações de tráfego da CTTU com a sala de operações integradas, que será construída na CTTU. Esta sala integrará os serviços de órgãos da segurança, saúde e trânsito, visando transformar a atuação articulada para melhor atender a população. Com sua instalação será possível monitorar territórios delimitados, de forma ininterrupta, através de vídeo-

monitoramento, sistema de rádio-comunicação, sensoriamento remoto, celulares e internet, interligados a uma central de vigilância comandada por integrantes do sistema de segurança pública municipal;

- Garantir a mobilidade como condição essencial para o acesso das pessoas às funções urbanas, considerando os deslocamentos metropolitanos, a diversidade social e as necessidades de locomoção de todos os cidadãos, em especial as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
 - Estimular o transporte coletivo de passageiros;
 - Ampliação da gestão de trânsito e modernização da rede semafórica;
 - Definir política de estacionamento de veículos de carga e de passageiros no espaço urbano;
 - Consolidar um Sistema Viário de Acesso como suporte da sinalização indicativa e turística;
 - Concluir a implantação do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros do Recife - STCP/Recife.
-
- Drenagem urbana
 - Intensificar as Ações e Projetos para a eliminação de pontos de risco, através de obras de contenção e drenagem, com ampliação da capacidade de recuperação de escadarias e muros de arrimos e eliminação dos pontos críticos de drenagem;
 - Implementar projetos de Macro-Drenagem nas calhas de Rios e Canais afluentes da bacia do Rio Beberibe;
 - Desenvolver Projeto de Proteção contra Erosão Costeira em Boa Viagem;
 - Projeto Integrado com as Ações desenvolvidas pelo Governo do Estado para a Região Metropolitana;
 - Desenvolver ações sócio-ambientais para a preservação das margens de canais e cursos d'água;
 - Elaborar o Plano Setorial de Drenagem Urbana;
 - Através do Programa Guarda-Chuva, juntamente com os demais órgãos envolvidos nesta ação, avançar na eliminação de pontos de risco através de obras de contenção e drenagem com ampliação da capacidade de recuperação de escadarias e muros de arrimo e eliminação dos pontos críticos de drenagem;
 - Manter os Projetos e Ações de manutenção contínua dos sistemas de Macro-drenagem e Micro-drenagem;
 - Implementar Projetos de Macro-Drenagem;
 - Manter as obras de contenção do avanço do mar;

- Desenvolver ações sócio-ambientais para a preservação das margens de canais e cursos d'água.

- Resíduos Sólidos
 - Implementar a Gestão compartilhada de Resíduos Sólidos, em conformidade com as diretrizes estratégicas recomendadas pelo Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana do Recife (Metropolitano);
 - Dar continuidade a Implantação do Projeto “Nova Destinação Final dos Resíduos Sólidos do Recife (Recife Energia)”;
 - Implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana garantindo a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população;
 - Formar uma consciência comunitária sobre a importância da opção pelo consumo de produtos e serviços que não afrontem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos; e a relevância da adequada separação e disponibilização do lixo domiciliar para fins de coleta;
 - Minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;
 - Controlar os processos de geração de resíduos nocivos e fomentar a busca de alternativas com menor grau de nocividade;
 - Desenvolver o tratamento e o depósito ambientalmente adequado dos resíduos remanescentes;
 - Coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva;
 - Estimular o uso, o reuso e a reciclagem de resíduos, em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;
 - Elaborar e implementar o Plano Setorial de Resíduos Sólidos, de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental;
 - Consolidar o Processo de Coleta Seletiva com a implantação de novos Núcleos de Triagem Planejados para o quadriênio;
 - Implantar Núcleo Gestor de Recursos e Ações para Coleta Seletiva;
 - Planejar e Implantar Galpões de Triagem para Coleta Seletiva para atender a demanda do Quadriênio.

c. Políticas Sociais

○ *Saúde*

Os desafios para o período 2010-2013 trazem um novo momento no desenvolvimento das políticas públicas municipais de saúde. Findado o período de expansão, o Recife precisa consolidar os serviços implantados, potencializar as ações em andamento através de mecanismos de fortalecimento institucional, de desenvolvimento da gestão do trabalho e da estrutura gerencial da Secretaria de Saúde. E fazer isto mantendo ainda um movimento de expansão, de menor volume, para garantia dos ajustes necessários à consolidação do modelo de atenção e garantia de acesso à população.

Este novo ciclo demanda reformulação dos desenhos e estruturas organizacionais, bem como o máximo aproveitamento do capital intelectual e tecnológico do município nas inúmeras Universidades e Centros Formadores e de Pesquisa de que dispõe. As articulações com os municípios da Região Metropolitana, construindo parcerias, e a valorização dos espaços de pactuação, como a Comissão Intergestores Bipartite, deverão ser caminhos de superação das dificuldades comuns.

Além disso, a gestão precisa continuar inovando, repensando o sistema de saúde a partir de sua base. Neste sentido, a proposta de Apoio Institucional, fortalecendo a ação no território, abre o caminho para uma reformulação do projeto de atenção à saúde na rede. A centralidade de esforços na consolidação das ações assistenciais, articuladas com a vigilância à saúde e a promoção, direcionarão os esforços na também qualificação das atividades meio, buscando a racionalidade administrativa e a sustentabilidade financeira das propostas em desenvolvimento.

É necessário radicalizar nas reformas administrativas para potencializar as ações de saúde nos territórios, com contratos de metas; revisão do gerenciamento na ponta; maior autonomia dos serviços; reformulando o projeto de atenção à saúde na rede, pois, se há uma crise financeira internacional que impacta no município, também há possibilidade de crise no modo de fazer a atenção e estruturar o processo de trabalho.

Para garantir a sustentabilidade das ações é preciso não apenas re-pactuar a relação com os trabalhadores, garantido espaços de co-gestão, o maior investimento na formação permanente destes profissionais, além da radicalização do processo de democratização na condução dos serviços, garantindo mais autonomia para as unidades de saúde; como também definir a contratualização de metas e o estabelecimento de normas, protocolos e fluxos claramente

postos e gerenciados. Desta forma, a autonomia construída não se confundirá com ação fragmentada ou ausência de integração entre os setores, mas como um real fortalecimento e amadurecimento institucional dos Distritos Sanitários e Unidades de Saúde. Tal garantia, da sustentabilidade das ações, também está ancorada em melhorias do processo de comunicação interno/externo.

Para alcance do objetivo de assegurar maior qualidade dos serviços desenvolvidos, maior aprimoramento gerencial, e expansão do acesso ao atendimento, propõe-se a consolidação de um *Modelo de Atenção à Saúde em Defesa da Vida*, mediante dois grandes eixos de atuação:

- *A Reforma do modelo de atenção e prestação de serviços de saúde à população;*
- *A Reforma dos mecanismos de gestão e organização dos processos de trabalho na saúde.*

Estes dois grandes eixos terão sua operacionalização orientada a partir de dez diretrizes de atuação da Secretaria de Saúde:

- *Centralidade no território e no sujeito:* Consolidar as atividades da Secretaria de Saúde a partir do território, valorizando os instrumentos de gestão territorial; Garantir que o cidadão é o foco da atuação finalística da saúde, evitando o risco do foco coletivo em detrimento da pessoa.
- *Atenção Básica como ordenadora da rede de saúde:* Reorganizar e fortalecer a rede básica como base do sistema de saúde, de forma a atuar como espaço de articulação das várias ações da secretaria, ampliando sua resolutividade e desenvolvendo vínculo com a comunidade.
- *Clínica Ampliada/Saúde coletiva:* Fortalecer os vínculos da comunidade com a equipe de saúde, em atuação interdisciplinar, através de mudanças de práticas, ampliação da clínica e responsabilização da equipe.
- *Co-gestão e produção de autonomia:* Desenvolver estratégias de gestão colaborativa e democrática, com co-responsabilização de trabalhadores e usuários na ação e resultados, desenvolvendo a autonomia das unidades e equipes na condução dos processos de trabalho.
- *Articulação intersetorial:* Potencializar ações conjuntas e parcerias com diversos atores: outras secretarias, municípios, estado e instituições da sociedade organizada.
- *Equidade na gestão de recursos:* Direcionar os investimentos a partir de critérios de priorização pelo mapeamento de risco, necessidade e fortalecimento da política.

- *Desenvolvimento e modernização organizacional*: Garantir agilidade e correção nos processos administrativos financeiros para a adequada execução das ações. Buscar otimização na gestão dos recursos, ampliação da captação e redução de custos.
- *Desenvolvimento de Pessoas e Educação Permanente*: Desenvolver as ações de formação permanente do funcionalismo, além de estratégias de estímulo e valorização do servidor.
- *Qualificação dos Processos Internos de Trabalho e dos Mecanismos de Gestão*: Consolidar a política de gestão de pessoas no território e desenvolver estratégias de aprimoramento dos processos de trabalho com vistas à qualificação das ações e alcance das metas
- *Desenvolvimento de Estratégias de Comunicação*: Desenvolver estratégias de difusão de informações e comunicação para o fortalecimento da política municipal de saúde e da cultura comunicativa institucional; a ação se dará internamente, no governo municipal, e externamente, para a população em geral, como meio de facilitar fluxo de informações, transversalizar o conhecimento, promover clima de confiança interno e fortalecer a identidade institucional.

○ *Educação*

A Prefeitura do Recife, preocupada com o desenvolvimento da educação na cidade, aposta na permanência dos alunos na escola, com qualidade. Para tanto, propõe um *Programa de Qualidade* que se pauta nos seguintes eixos:

- *Expansão e melhoria da rede municipal de ensino;*
- *Valorização e gestão das pessoas;*
- *Ampliação e qualificação das tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais da rede municipal de ensino;*
- *Qualificação dos processos de ensino aprendizagem;*
- *Gestão democrática e mobilização social em defesa da educação.*

O Programa de *expansão e melhoria da rede de ensino* tem duas linhas de ação: qualificação e manutenção das escolas, que tem o objetivo de manter e equipar as escolas, o resultado esperado é a qualificação dos espaços educacionais, melhorando o padrão arquitetônico; e ampliação e construção de novas sedes com o objetivo de ampliar o número de vagas para o atendimento aos estudantes da rede municipal de ensino.

O Programa de *desenvolvimento e qualificação de pessoas* tem como diretriz implantar sistema de informações integrado; implantar ações de política dos trabalhadores não docentes; organizar e efetivar a diretriz da política de pessoal do grupo ocupacional do magistério; implantar sistema de assistência e atendimento aos trabalhadores da secretaria de educação; implantar a política de pessoal referente ao suporte técnico e administrativo; desenvolver o Programa Educando com voz saudável; e promover atividades educativas de prevenção e orientação à saúde do trabalhador.

O Programa de *ampliação e qualificação das tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais da rede municipal de ensino* tem como principais ações: Ampliar e manter, nas Unidades Educacionais, Laboratórios de Tecnologia na Educação; Implantar e manter Escolas Itinerantes de Informática (ônibus e containeres); Implantar e manter Unidades de Tecnologia na Educação e Cidadania – UTEC; Disponibilizar ambiente tecnológico de educação a distância para o processo de formação dos educadores e técnicos educacionais da rede municipal de ensino; Ampliar e manter o acesso à internet na rede escolar; Ampliar a equipe de acompanhamento de tecnologia na educação para apoio às unidades educacionais; Desenvolver projetos para a incorporação das tecnologias da educação na Proposta Pedagógica da rede municipal de ensino; Implementar programa de formação para educadores sobre as tecnologias na educação; Desenvolver programa de formação continuada para técnicos/estagiários de suporte aos laboratórios; e Desenvolver a qualificação do pessoal não docente da rede municipal de ensino relacionada à inclusão digital.

O Programa de *Melhoria da qualidade da educação* do recife tem como objetivo elevar o nível de escolaridade e ampliar as aprendizagens dos alunos do sistemas municipal de educação do recife, tendo como principais componentes os seguintes projetos: qualificação do ensino fundamental de 1º e 2º ciclos para melhorar a qualidade e assegurar as aprendizagens das crianças do Ensino Fundamental I; qualificação do ensino fundamental de 3º e 4º ciclos visando melhorar a qualidade e assegurar as aprendizagens das crianças e adolescentes do Ensino Fundamental II; educação de jovens e adultos: construindo saberes, com o objetivo de assegurar o direito à educação básica às pessoas jovens, adultas e idosas no município de Recife, observando suas necessidades educacionais específicas, tendo em vista a garantia do acesso, permanência e conclusão na educação fundamental, mediante a ampliação progressiva do atendimento de qualidade; inclusão educacional objetivando promover a inclusão escolar de todos os estudantes com necessidades educacionais especiais na Rede de Educação Básica Municipal; formação continuada e valorização do educador visando re-significar e fortalecer a Política de Formação Continuada e de valorização do educador da Rede Municipal de Educação do Recife; apoio à diversidade cultural e promoção da igualdade

étnico-racial, de gênero e geração e a projetos de educação ambiental e inclusivos com o objetivo de contemplar a educação ambiental e a diversidade cultural nos processos educativos e, visando combater todas as formas de preconceito, discriminação, e violência contra a criança e o adolescente; democratização do acesso à leitura e formação de leitores (Programa Manuel Bandeira) para democratizar o acesso à leitura na rede de ensino municipal, através do fomento à leitura e da formação de leitores; e educação integral visando consolidar e fortalecer a educação integral no Recife, de forma a incidir positivamente na ampliação e melhoria das aprendizagens dos alunos da Rede Municipal de Ensino, através da integração dos Programas Escola Aberta, Mais Educação e Animação Cultural.

O Programa de *Qualificação do Ensino Aprendizagem* também envolve ações voltadas para o acompanhamento e a avaliação do sistema de ensino municipal, como: planejamento do atendimento aos estudantes com o objetivo de planejar e organizar o oferecimento de vagas na rede municipal de ensino; Organização e gerenciamento da matrícula e o monitoramento de transferências dos estudantes da rede municipal visando assegurar a efetivação da matrícula de todas as crianças/adolescentes do ensino fundamental; Programação e desenvolvimento de um adequado sistema de acompanhamento das unidades educacionais promovendo a composição do sistema de acompanhamento para os materiais básicos do cotidiano escolar, do livro didático ao mobiliário, normatizar temas que ainda necessitem de resolução, implementar equipe e ações de supervisão educacional, Coordenação, assessoramento e sistematização do Censo Escolar; Manutenção do sistema de avaliação da aprendizagem dos estudantes com o objetivo de planejar, coordenar e efetivar o Sistema Municipal de Avaliação da Rede e a aplicação de provas dos demais sistemas de avaliação oficiais; Desenvolvimento do Programa PDE/Escola para apoiar com assistência técnica as unidades do Programa e acompanhar o cumprimento das etapas planejadas nos Planos de Ação; Pesquisa de temas necessários ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem; Acompanhamento das escolas particulares que oferecem educação infantil em Recife com o objetivo de verificar as condições gerais físicas e pedagógicas das unidades particulares; Sistematização dos trabalhos acadêmicos elaborados pelos docentes da rede municipal; Inventariar o material iconográfico catalogado na Gerência de Serviços de Documentação e Memória/GESDM com o objetivo de organizar a memória da SEEL.

O Programa de *Qualificação dos Processos de Ensino Aprendizagem* com o objetivo de aperfeiçoar as ações educacionais complementares (educação ambiental), tendo como principais atividades: incursão pedagógica no Barco Escola, tipo catamarã (Escola Ambiental Águas do Capibaribe); Subsidiar as atividades de Educação Ambiental com orientação sobre pesquisa temática em Meio Ambiente e construção de Projetos Didáticos; Exposição itinerante

“O Recife e suas águas” com banners didáticos; Rede de Educadores Ambientais; Desenvolver ações de prevenção da saúde do escolar.

O Programa de *gestão democrática na educação e participação social* tem como objetivo a participação de todos os segmentos da unidade escolar, na elaboração e execução do plano de desenvolvimento da escola, de forma articulada, para realizar uma proposta educacional compatível com as amplas necessidades sociais e tendo como compromisso: fortalecer o trabalho compartilhado, orientado por uma vontade coletiva; criar um processo de construção de uma escola competente e compromissada com a sociedade; criar ambientes participativos, pois constitui condição básica da gestão democrática.

A Prefeitura do Recife define, dentre as prioridades políticas da gestão investir na universalização progressiva da Educação Infantil, na faixa etária de 4 e 5 anos e na ampliação das matrículas em Creches, com vistas ao atendimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Nessa direção, instituiu o Programa Primeira Escola, com o objetivo de expandir o número de vagas na educação infantil de 0 a 5 anos de idade. A educação infantil emerge num contexto promissor para o desenvolvimento infantil, tendo como um dos princípios, o respeito às diversas identidades culturais, étnicas e de gênero, superando as desigualdades no acesso, fazendo valer assim os direitos básicos das crianças e de suas famílias, independente de sua origem e condição social.

O Programa tem como objetivos: oferecer uma Educação Infantil de qualidade com expansão das matrículas para as crianças de 0 a 5 anos; realizar ação educacional complementar à família para atender as especificidades da formação humana para crianças de 0 a 5 anos de idade; promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais; incluir as crianças com necessidades educacionais especiais nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's garantindo espaços físicos e recursos materiais adequados; implementar uma proposta pedagógica que tenha como base os pressupostos das diretrizes curriculares nacionais para educação infantil; assegurar que os profissionais docentes e não docentes que atuam nos CMEI's possuam a formação inicial adequada às respectivas áreas de atuação; garantir a formação continuada dos profissionais de educação infantil de forma sistemática; articular parcerias com as Secretarias de Saúde, Ação Social e demais setores que possam contribuir com o desenvolvimento integral da criança e bem estar de suas famílias.

o *Assistência social*

No Recife, a assistência social consolida-se à partir do compromisso e execução de uma política pública que garante o direito social com as diretrizes e objetivos estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social que estão em conformidades com a LOAS, Lei Orgânica do Município, Plano Diretor do Recife e a Política Nacional de Assistência Social:

- Gestão unificada da política de assistência social no município, com ação descentralizada nas regiões político-administrativas.
- Articulação intersetorial com as demais políticas, visando à garantia de direitos e condições dignas de vida à população.
- Primazia da responsabilidade do município na formulação, coordenação e execução das ações.
- Participação da população através das organizações representativas na formulação e execução das ações;
- Centralidade na família para a concepção e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Apresenta-se como objetivo geral conceber a Assistência Social firmada como política pública de proteção social, através da implementação do SUAS no município do Recife. E são os seguintes os objetivos específicos:

- Implementar o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social do Município.
- Ampliar os recursos financeiros para o financiamento da assistência social entre os três entes federados e firmar parcerias com a iniciativa privada, visando a provisão da política de proteção social do município.
- Constituir e fortalecer a rede socioassistencial do município, governamental e complementar, por RPA, qualificando os serviços e ações socioassistenciais com definição de parâmetros, formação continuada dos recursos humanos e promoção da participação da população na avaliação das ações e serviços prestados.
- Prover serviços e benefícios de proteção social básica e especial, visando desenvolver e fortalecer as potencialidades das famílias para o cumprimento de seu papel de prevenção, promoção e proteção de seus membros, fortalecendo os seus vínculos familiar e comunitário.

A gestão da política de assistência social (SUAS) se dá por meio de duas Proteções de Assistência Social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

- *Proteção Social Básica*

A Proteção Social Básica destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorre da ausência de renda, do precário ou não acesso a serviços, da fragilização de vínculos afetivos e de discriminações etárias, de gênero, raça, ou por deficiências, dentre outras.

As ações de proteção social básica são realizadas através de serviços, benefícios, programas e projetos proporcionados à população em situação de vulnerabilidade social, nos seus diversos ciclos de vida, de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, nos Centros de Convivência Social e nos Centros Sócio-Educativos da Criança e do Adolescente, e de forma indireta nas entidades de assistência social da rede complementar de proteção social básica distribuídas nas RPA's.

As ações prestadas no Município pela rede socioassistencial de proteção social básica governamental e complementar terão como unidade central, a atenção à família¹⁰.

a) Serviços socioassistenciais de proteção social básica, compreendendo:

- Serviço de Atendimento Social - acolhida para escuta das demandas do usuário, orientação e referência;
- Serviço de Acompanhamento Social às famílias;
- Serviço de promoção - a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- Serviço de inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
- Serviço Gratuito de Tele Atendimento do Programa Bolsa Família;
- Serviço de cadastramento de pessoas com deficiência para a Carteira de Livre Acesso ao Transporte Coletivo;

¹⁰ Define-se como família o grupo de pessoas unidas por laços de consangüinidade, de aliança, de afinidades e vínculos que se configuram em obrigações legais e/ou afetivas entre os seus membros. A família é compreendida enquanto espaço de socialização primária e provedora de cuidados aos seus membros; é reconhecida como sujeito de direitos, conforme preconiza a Constituição Federal e a LOAS, devendo ser cuidada e protegida, quando submetida a processos de exclusão sócio-econômico e cultural para que possa desempenhar o seu papel na promoção, prevenção, proteção e defesa de direitos de seus membros.

- Serviço de formação e orientação profissional aos usuários em situação de vulnerabilidade social;
- Serviço de apoio à inclusão produtiva de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, PETI, e BPC;

c) Benefícios de Proteção Social Básica

Os benefícios concedidos são os definidos pela NOB/SUAS e pela Política Nacional de Assistência, contemplando:

- Transferência de renda concedida através do Programa Bolsa Família;
- Transferência de renda às famílias com crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil, através do Programa Bolsa Família/PETI;
- Transferência de renda às famílias com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, através do Programa ProJovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- Benefícios eventuais concedidos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, em casos de natalidade ou morte, e às vítimas de emergências e calamidades.

d) Programa de Atenção à Família

É desenvolvido através de ações desenvolvidas pelos serviços de proteção social básica ofertados nos CRAS, nos Centros Sociais Urbanos, nos Espaços Sócio-educativos da Criança e do Adolescente e em organizações não governamentais da rede socioassistencial de proteção social básica complementar:

- Ação sócio-educativa por ciclo de vida;
 - Promoção do estímulo ao protagonismo juvenil;
 - Ações de fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária;
 - Ação de inclusão produtiva;
 - Ações de capacitação de jovens para a inserção no mundo do trabalho;
 - Ações de segurança alimentar;
 - Ações de estímulo ao protagonismo e autonomia das famílias.
- *Proteção Social Especial – Média e Alta Complexidade*

A proteção social especial é destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, abuso e violência sexual, maus tratos físicos, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Tem como objetivo, intervir em situações de riscos que requerem acompanhamento individualizado e que assegure qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção familiar e comunitária, tendo interface com o sistema de garantia de direitos e exigindo ações compartilhadas com o Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos do executivo.

As ações prestadas no Município pela rede socioassistencial de proteção social especial de média e alta complexidade, governamental e complementar, tem como unidade central de atenção, a família de modo a resgatar vínculos familiares e comunitários e conquistar a sua autonomia.

a) Proteção Social Especial de Média Complexidade

Tem como público alvo famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários estão frágeis, mas não foram rompidos. As ações são realizadas de forma direta, através de serviços, benefícios, programas e projetos ofertados pela Secretaria de Assistência Social e pelo IASC nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e nas unidades de atendimento.

b) Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de Média Complexidade

- Serviço de educação social de rua;
- Serviço de atendimento e acompanhamento social às famílias/indivíduos em situação de rua; Serviço de atendimento ao adolescente em medida sócio-educativa de liberdade assistida;
- Serviço de proteção à criança e ao adolescente em situação de exploração do trabalho infanto-juvenil;
- Serviço de emergência assistencial;
- Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Serviço de atendimento especializado a indivíduos e famílias com seus direitos violados;

c) Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Destina-se às pessoas em situação de risco social e pessoal, com direitos violados e vínculos familiares interrompidos. As ações são desenvolvidas, de forma direta, pelos serviços de acolhida temporária para crianças e adolescentes e adultos e de longa permanência para idosos ofertados pelo IASC.

d) Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- Serviço de acolhida temporária – institucional e familiar - para crianças e adolescentes;
- Serviço de acolhida temporária para adultos;
- Serviço de acolhida de longa permanência para pessoas idosas.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o investimento das três esferas de governo na área de Recursos Humanos é de fundamental importância para a produtividade e a qualidade dos serviços prestados à população. Frente às atuais demandas de intervenção social, faz-se necessária a formação de profissionais com perfil teórico-técnico-operativo para defender e operar a Assistência Social enquanto política pública.

É nesta perspectiva, que o município do Recife vem estruturando a sua política de gestão de recursos humanos através da implementação de quadro efetivo de pessoal para a Secretaria de Assistência Social e o IASC, realizando concurso público.

A Vigilância Social pode ser compreendida como um conjunto integrado de ações técnicas, informativas, de pesquisa, de construção de indicadores, de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios da Secretaria de Assistência Social e do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS reafirma o preceito constitucional de participação popular no processo de gestão político-administrativa, financeira e técnico-operativa das Políticas Públicas, com caráter democrático e descentralizado através dos Conselhos de direitos e setoriais, de Conferências, nas três esferas de governo, e de outros instrumentos de participação e controle social.

No âmbito do Município, o Conselho Municipal de Assistência Social tem como atribuição a deliberação e fiscalização da execução da gestão da política de assistência social, a inscrição e fiscalização das entidades de assistência social e a convocação e realização da Conferência Municipal de Assistência Social.

Na implementação do PPA 2010-2013 essas são as perspectivas para assistência social:

- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, articulando esforços para ampliar gradativamente as dotações orçamentárias desta política tendo em vista a execução do Plano Municipal de Assistência Social, de forma mais abrangente.
- Manutenção e qualificação das instalações físicas dos CRAS e ampliação da oferta do serviço de atendimento e de acompanhamento social às famílias com a criação de 04 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em áreas geográficas de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais.
- Implantação de Centros de Convivência Social, em parceria com o Governo do Estado, a partir da requalificação dos Centros Sociais Urbanos - CSU's, para a oferta de serviços e atividades sócio-educativas, esportivas e culturais voltados à população em situação de vulnerabilidade e risco social, nos diversos ciclos de vida, fortalecendo as ações de fixação da população nas comunidades.
- Promoção da intersetorialidade das ações tendo em vista o alcance dos usuários da assistência social às diversas políticas públicas, contemplando as dimensões de gênero, raça, etnia e livre orientação afetivo-sexual.
- Implantação de Programa de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade e risco social com vistas a possibilitar o acesso e inserção ao mundo do trabalho.
- Negociação junto ao MDS a ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família e implantação de Programas de Formação Profissional e de Inserção ao Mercado de Trabalho das famílias beneficiárias.
- Instalação de 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na RPA 01, visando a oferta de serviços de atendimento à população vítima de violação de direitos a partir de diagnóstico de incidência e complexidade de violação.
- Fortalecimento dos Serviços e da Rede de Acolhida, governamental e complementar, para o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, à luz do Plano Nacional de Assistência Social e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e outras normativas.
- Fortalecimento do Serviço de Educação Social de Rua na perspectiva da garantia de direitos, tendo como base a proposta da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua.
- Regulamentação dos Benefícios Eventuais visando cobrir necessidades temporárias em razão de contingências sociais.
- Fortalecimento da execução da Medida Sócio-educativa em Meio Aberto, através da disponibilização de maiores recursos orçamentários para a realização de atividades junto aos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida, e às suas famílias, e

promoção da municipalização da execução da Medida Sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade.

- Fortalecimento e apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de suas atribuições e de ações descentralizadas em instâncias regionais consultivas.
- Implantação de um plano de carreira na Assistência Social e desenvolvimento de política de capacitação para trabalhadores, gestores e conselheiros, de forma sistemática e continuada.

Para acompanhamento dos resultados e avaliação das políticas, são propostos os seguintes indicadores, conforme as dimensões de proteção:

Proteção Social Básica:

- Ampliar o número de usuários inseridos na rede de serviços socioassistenciais;
- Ampliar o número de famílias participantes de atividades sócio-educativas;
- Ampliar o número de usuários exercendo o Protagonismo Social;
- Ampliar o número de usuários inseridos em programas e projetos de inclusão produtiva;
- Ampliar o número de entidades socioassistenciais articuladas e desenvolvendo ações integradas;
- Ampliar o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, PETI e BPC inseridas no serviço de inclusão produtiva.

Proteção Social Especial:

- Ampliar a capacidade de atendimento de adolescentes em medidas sócioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- Aumentar a frequência de crianças e adolescentes afastadas do trabalho infantil aos espaços sócioeducativos e de convivência;
- Ampliar o número de atendimentos especializados a indivíduos e famílias com seus direitos violados;
- Ampliar o monitoramento aos serviços de habilitação e reabilitação prestadas às pessoas com deficiência.

Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade:

- Aumentar o número de reinserção familiar e comunitária;
- Reduzir o número de evasão dos usuários nos equipamentos de atração;
- Diminuir o número de pessoas em situação de rua;

- Reduzir a evasão nas casas de acolhida temporária de crianças e adolescentes;
- Ampliar a rede de acolhida temporária;
- Aumentar o número de usuários em atividades sócioeducativas.

d. Gestão democrática e eficiente

Para manter o compromisso com a gestão democrática e consolidar o controle social sobre as ações da Prefeitura, garantindo a melhoria os processos internos e o atendimento à população, duas linhas de ação, indissociáveis, são apontadas para o período 2010-2013: a da Gestão Democrática e a da Eficiência.

A linha de ação focada na Gestão Democrática parte do princípio da promoção da participação popular como forma de ampliar o controle social sobre a formulação, acompanhamento e fiscalização das Políticas Públicas. Um conjunto de orientações prioritárias permitirá alcançar os resultados desejados:

- Fortalecer e ampliar os Conselhos, Fóruns e Conferências, incluindo permanentemente as demandas da sociedade na pauta dessas atribuições;
- Consolidar e ampliar o alcance do Orçamento Participativo de modo a fortalecer a gestão democrática como atitude cotidiana nas políticas públicas que se materializam no território da cidade;
- Implantar um modelo de Planejamento Participativo, utilizando a experiência do Orçamento Participativo como referencial de partida e adotando as novas tecnologias incorporadas à gestão pública para qualificar e dar suporte à formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas;
- Ampliar a rede de relacionamento do Recife, no âmbito nacional e internacional, promovendo intercâmbio de boas práticas de gestão, buscando novos recursos financeiros, tecnológicos e humanos.

Na linha de ação da Eficiência o propósito central é de melhorar a qualidade dos processos internos e a qualidade do serviço prestado à população, considerando-se para isso a realização medida tanto para a melhoria dos processos internos quanto para melhorar a qualidade do serviço prestado à população:

Para melhoria da qualidade dos processos internos, está proposto ampliar as iniciativas de racionalização e automatização para melhorar a eficiência do Governo no tempo e na qualidade de prestação de serviços, assegurando:

- Qualificação do Funcionalismo, valorizando e envolvendo o servidor público na construção de uma gestão melhor e mais eficiente, investindo na sua capacitação e instituindo políticas de estímulo à melhoria permanente do seu desempenho:
 - Admissão por Concurso, de modo a consolidar os processos de renovação e ampliação dos quadros, pautados pela transparência, para elevar o nível de formação do funcionalismo e garantir o perfil adequado do servidor à função pública;
 - Implantação de uma ação de Formação Continuada em todas as áreas, mantendo o funcionalismo capacitado através da atualização dos conhecimentos conceituais, metodológicos e tecnológicos para prestar o serviço público;
 - Implantação de Plano de Cargo, Carreiras e Vencimentos, além de Mesa de Negociação, consolidando os instrumentos de valorização e promoção do funcionalismo pautados pela gestão democrática e eficiente.
- Desenvolvimento de métodos e padronização de procedimentos, estabelecendo prazos, metas de qualidade, acompanhando a realização dessas metas e aferindo os resultados junto à população, de forma a consolidar o controle social:
 - Estender o modelo de gestão integrada do Programa Guarda Chuva para outras áreas do Governo, como forma de melhor aproveitar as potencialidades das diversas políticas públicas para atingir resultados cada vez mais efetivos, tendo como base a gestão territorial integrada.

Para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população para que as pessoas e as organizações tenham suas necessidades atendidas, com o menor dispêndio de tempo, com qualidade e eficiência:

- Investimento em infra-estrutura e Tecnologia da Informação e Comunicação:
 - Ampliar a rede de comunicação da Prefeitura, através da implantação de tecnologia sem fio, integrada à rede existente, com acesso à Internet a todos os serviços e equipamentos públicos, dotados dos sistemas de informação necessários para o ágil desempenho do serviço público e atendimento eficiente às demandas dos cidadãos;
 - Melhorar a qualidade da informação pública disponibilizada para a população e para os empreendedores, priorizando a informação territorializada;

- Ampliar o número de serviços prestados pela Internet;
- Implantar ouvidorias.

○ *Tecnologia de Informação e Comunicação*

Os últimos movimentos apontam para o desenvolvimento de ações na área de Governo Eletrônico e para o fomento da Sociedade da Informação, com conceitos muito mais abrangentes do que aqueles que outrora direcionavam os governos a criar sítios e serviços eletrônicos na internet. Hoje a TIC deve auxiliar a Administração Pública a se transformar em uma organização de alto desempenho e com impactos visíveis para a sociedade, sobretudo nos seguintes eixos de Gestão e de TIC:

- *Governança*: está relacionada ao aumento da capacidade da Administração, através da adoção dos princípios gerenciais, orientar a ação do Município com foco no cidadão e dar ênfase no controle de resultados através de mecanismos de controle.
- *Inclusão Digital*: prende-se à consciência de que a Gestão Democrática e Eficiente Administrativa remete à disponibilização de acesso à rede mundial de computadores à própria administração, em todos os equipamentos públicos municipais, e ao cidadão, em localizações estratégicas e onde há carência neste aspecto.
- *Accountability*: é um elemento central da governança e está relacionado com a questão da responsividade do Município e com a sua capacidade em prestar contas às demandas da sociedade e ao controle social. O objetivo nesta ação é aumentar a capacidade de resposta dos Órgãos e Entidades e impor obrigação dos gestores públicos informarem e explicarem seus atos.
- *Integração Transversal*: relaciona-se à integração total entre sistemas e bases de dados dos diversos Órgãos e Entidades da Administração Municipal. Os objetivos nesta são eliminar redundância de dados, gerar bases de informações estratégicas para auxiliar a tomada de decisão e implementar a filosofia de governo focado no cidadão.
- *Transparência e Participação Democrática*: relaciona-se à utilização das tecnologias de informação e comunicação para possibilitar uma maior e mais ativa participação do cidadão, nos processos democráticos e de tomada de decisão da Prefeitura. O objetivo nesta ação é promover a democratização, com destaque para a transparência e a participação da Sociedade nas questões do governo (Política de e-Gov e TIC da Prefeitura de São Paulo, 2009).

A Cidade do Futuro deve perseguir, em seu dia-a-dia, indicadores de saúde, educação, habitação e saneamento condizentes com padrões de alto desenvolvimento humano; as condições de transporte, regulação do uso do solo e a dinâmica de geração de empregos devem ser capazes de gerar qualidade de vida aos seus habitantes. Entretanto, não é possível falar em Cidade do Futuro sem que se remeta o pensamento ao uso de novas tecnologias, principalmente, à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

- Diretrizes setoriais de TIC

Os programas inseridos no eixo estratégico Gestão Democrática e Eficiente são de grande abrangência administrativa e gerará forte impacto nas relações entre sociedade e a administração pública. Estes programas devem seguir as diretrizes do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, descritas a seguir:

- Governo Eletrônico (e-GovRecife)
 - Ampliar a qualidade e quantidade dos serviços eletrônicos, especialmente em áreas prioritárias do governo;
 - Fazer uso inovador de TIC na gestão pública, tanto na prestação de serviços quanto na gestão dos recursos da administração municipal;
 - Integrar órgãos municipais e de outras esferas de governo na prestação de serviços e processos da administração pública;
 - Melhorar a gestão pública com o suporte da TIC;
 - Racionalizar o uso de recursos e reduzir custos para a administração pública;
 - Ter o cidadão como foco da prestação de serviços municipais.

- Cidade Digital (Recife Digital)
 - Implantar gerência técnica do projeto de telecomunicação da Administração que disponibilizará o que existe de mais moderno na área de telecomunicação para a Prefeitura de Recife;
 - Dotar a cidade de áreas com rede wireless para acesso a internet com sinal aberto ao cidadão;
 - Disponibilizar acesso à internet em todos os equipamentos públicos do Recife.
 - Desenvolver políticas e incentivos à convergência e universalização digital no uso de TIC (banda larga, TV digital, redes wireless, entre outros).
 - Dotar os instrumentos informatizados da Administração Pública Municipal de mecanismos de acessibilidade digital.

- e-Participação (e-ParticipaRecife)
 - Ampliar a qualidade e quantidade das consultas eletrônicas ao cidadão;
 - Criar mecanismos informatizados que permitam a participação popular nas decisões governamentais.
 - Ampliar a qualidade e quantidade de informações prestadas ao cidadão.
 - Buscar feedback da qualidade dos serviços públicos.

- Alinhamento Estratégico de TIC
 - Introduzir modelo único de governança de TIC, de forma a permitir o planejamento, a organização, o funcionamento, a aplicação de métricas e o monitoramento e fiscalização das atividades de TIC no âmbito da administração direta e indireta da Prefeitura, de maneira coordenada.
 - Introduzir modelo de alinhamento estratégico de forma a garantir que as estratégias da Gestão Municipal na consecução do seu Plano de Governo sejam suportadas pela estratégia de TIC instituída na Administração Municipal.
 - Capacitar a Administração Pública Municipal, por meio da organização dos recursos, pessoas e processos, para colocar em prática as bases aqui estabelecidas.
 - Utilizar preferencialmente, onde couber, software livre, conforme orientação legal.
 - Adotar especificações padronizadas para hardware, software, infraestrutura de redes e demais ferramentas necessárias à consecução de projetos de TIC para Administração Municipal.

○ *Política de Comunicação*

A comunicação da Prefeitura do Recife deve estar voltada à construção da imagem da gestão, ressaltando a sua visão de futuro, coerentemente orientada por um projeto político abrangente de transformação social, que se alinha à liderança do governo federal, nos últimos sete anos. Uma imagem motivadora, ética e transparente que estimule a participação popular e a imagem positiva da cidade, da gestão e do prefeito.

Faz parte da política de comunicação manter a população bem informada sobre como ela está administrando os recursos públicos. Campanhas publicitárias, de informações sobre obras e serviços, educativas e de estímulo à participação popular devem ser realizadas a partir da

estratégia, diretrizes e metas da gestão, definindo com precisão o que deve ser dito ao público, com que intensidade e os meios de comunicação mais adequados.

O papel da comunicação internamente é o de propiciar uma maior interação entre as diversas secretarias e órgãos municipais, possibilitando a escolha das ferramentas de comunicação mais apropriadas a cada fase e de acordo com os objetivos propostos da gestão.

A comunicação deve estar orientada para servir aos objetivos políticos e administrativos da gestão. Comunicação é função estratégica para a governabilidade.

Decisões de governo devem ser tomadas levando em conta seu impacto na opinião pública, e a própria gestão deve guiar-se pelo princípio do fortalecimento permanente de sua imagem perante a sociedade, mediante uma política de transparência, de acesso aos programas oferecidos e de mobilização e orientação da população em torno de ações de interesse geral. Em razão disso, deve tratar a Comunicação como função estratégica, central e transversal a todos os setores e áreas de sua atuação.

A Comunicação é mais do que jornalismo e publicidade. A comunicação com a população vai além das campanhas publicitárias e do esforço de jornalismo: se dá também pelo conjunto de mensagens, verbais ou não verbais, que a gestão transmite em sua ação cotidiana de servir. Os principais comunicadores são o prefeito e os integrantes da equipe.

- *Uma gestão de continuidade, evolução e desenvolvimento de parcerias.*

Uma gestão bem sucedida no compromisso de continuidade da política municipal desenvolvida na cidade, desde 2001. Ressaltar que a atual gestão tem a sua mais importante força no fato de que continua uma administração amplamente aprovada pela população. Na gestão passada foram criados programas de sucesso - como Guarda Chuva, Recife Sem Palafitas, Orçamento Participativo, SAMU, Academias da Cidade, Aluno nos Trinques e outros - que conformam toda uma tecnologia social sobre a qual é possível estabelecer as bases da nova gestão. Muitos projetos e obras já dispõem de financiamento, com metas anteriormente estabelecidas.

Uma gestão competente no aproveitamento dos recursos disponíveis e na formação de parcerias com o governo federal e estadual, organizações do terceiro setor, iniciativa privada e com a população do Recife.

Capaz de criar e colocar em prática soluções eficazes para tornar o Recife uma cidade moderna, competitiva na atração de investimentos, culturalmente fértil e exemplar pela promoção da justiça social.

- *Gestão com ampla base de sustentação social.*

A Prefeitura do Recife ampliou e consolidou uma forte base social, mediante vitoriosas políticas públicas de inclusão e participação. As classes historicamente excluídas do processo de desenvolvimento, a exemplo de associações de bairro, culturais e de classe, movimentos de mulheres, de deficientes, de negros e de GLBTT se vêem representados pelas políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura do Recife, e tendem a manter o apoio a nova gestão. Ao mesmo tempo, boa parte da classe média foi conquistada também pela administração, em razão de projetos e ações que a beneficiaram direta ou indiretamente.

- *A participação popular como eixo central da ação administrativa.*

Destacar o conceito da Participação atende à necessidade de ampliar e aprofundar a base de apoio social da nova gestão. A participação elevada a valor central da ação administrativa expressa que a gestão será cada vez mais, de participação popular. Na comunicação publicitária, o posicionamento será expresso pelo o *slogan*: **NOSSA CIDADE É A GENTE QUEM FAZ.**

Buscar atingir, motivar e atrair setores da população, através das mais diferentes mídias e estimular a interatividade com o uso da internet e da ação militante vai exigir da comunicação atuar com os mais variados meios e novas ferramentas para conquistar e consolidar os seus objetivos. Para isso, a comunicação vai fazer uso dos seguintes meios:

- *Rádio* – um grande veículo de massas, presente em mais de 87% dos domicílios (segundo pesquisa nacional por amostra de domicílios, do IBGE) e estima-se que mais de 70 milhões de rádios estejam em funcionamento no país. A importância de usar este veículo deve-se ao fato de atingir contingentes populacionais com menor poder aquisitivo, além de ser a mídia perfeita para a comunicação individual, de um em um, segundo especialistas. Daí a importância de um estúdio de rádio e futuramente, produção de material informativo e até programa para ser veiculado em rádios comerciais e alternativas. Uma ação importante, inovadora e que terá um destaque na política de comunicação da Prefeitura do Recife é a implantação da Rádio Frei Caneca.

- *Televisão* – é o maior meio de comunicação do país, recebendo mais de 53% do total de investimentos feitos em veiculação. É o maior de cobertura simultânea, atingindo mais de 80% dos mais de 31 milhões de lares brasileiros. Sua estratégia fundamenta-se na grande capacidade de cobertura em curto prazo e na possibilidade do uso de mensagens com som, imagem, cor e movimento. Para este meio, deve-se pensar em estratégias diferenciadas, além da produção de VTs institucionais de divulgação de obras e serviços.
- *Internet* – Sua consolidação tecnológica em ritmo acelerado no mundo, principalmente com a sua plena utilização na recente campanha para eleição do atual presidente dos Estados Unidos, superdimensionou e ampliou um leque de ferramentas que estão sendo aplicadas a todas as formas de comunicação. A intenção estratégica do setor de Comunicação é reforçar seu uso em todos os setores possíveis da prefeitura, tanto na comunicação interna, quanto externa.
- *Jornal* – apesar do momento de transição e redefinição da importância estratégica dos jornais na atualidade. Este veículo continua a ser um eficiente formador de opinião e tem alta credibilidade para repercussão em outros meios. Rádio, blogs e TV se pautam, no dia-a-dia, do noticiário dos jornais.
- *Mídia de rua* – outdoor e out bus tem um excelente custo-benefício. São considerados mídia que atingem mais rapidamente a massa da população, nos grandes centros urbanos. Depois da TV é o meio mais rápido de mídia de impacto imediato e sensibilização.
- *Revistas* - Trata-se de uma mídia com foco segmentado, mais voltada para formadores de opinião, mas que alcança um desempenho satisfatório principalmente nos segmentos culturais e turísticos. A idéia é utilizar espaços em revistas locais, regionais e nacionais, na divulgação de eventos que atraiam turistas, como o carnaval, São João, Natal e Reveillon e projetos turísticos da gestão. Também utilizada em decorrência de alguma estratégia de comunicação que opte em expandir e divulgar o modelo de gestão em revistas nacionais consolidadas, com um público leitor expressivo.
- *Mídias alternativas* – A estrutura de comunicação de massas no Brasil baseada no modelo transnacional de controle e manipulação dos meios de transmissão de informação, limita a comunicação transformando a população em simples receptora passiva de mensagens industrialmente produzidas. A criação e estímulo às mídias alternativas como rádios e tevês comunitárias, jornais de bairro, e outros meios impressos e eletrônicos que buscam a reinvenção da forma de comunicar à margem da grande mídia será uma das nossas metas de atuação na comunicação não convencional.

Uma política estratégica que use todas as ferramentas para construir e consolidar a imagem da atual gestão, focada nos eixos prioritários e norteadores da atuação político-administrativa será o melhor desafio da comunicação, nos próximos quatro anos.

- *Assuntos Jurídicos*

Com a nomeação de 15 novos procuradores e a finalização da reforma da nova sede da Procuradoria Fiscal a Secretaria de Assuntos Jurídicos entrará em um novo momento. A melhor estruturação de suas instalações físicas, possibilitará resultados concretos, como exemplo, o melhoramento da cobrança de débitos fiscais e maior agilidade no tramite das consultas jurídicas formuladas pelos diversos órgãos do município.

Assim, para os anos de 2010-20113, a SAJ necessita continuar aperfeiçoando as ferramentas tecnológicas de gestão, como também, investir na melhoria da estrutura das demais Procuradorias temáticas.

Aperfeiçoar os mecanismos de controle de processos trará uma importante ferramenta de gestão de documentos dentro da SAJ, havendo a possibilidade de monitorar a entrada e o tramite do documento na Secretaria, como também, a gestão de contratos e atas de registro de preços, inclusive os prazos de vigência de contratos/convênios, trazendo assim uma importante ferramenta de planejamento, atuando preventivamente ante a iminência de findar o prazo de vigência de qualquer instrumento firmado pelo Município.

Ainda, a digitalização de pareceres da procuradoria consultiva irá possibilitar que os diversos órgãos da Administração conheçam previamente o entendimento consolidado sobre diversos temas jurídicos, otimizando o processo de atendimento consultivo desta Secretaria.

A SAJ deve adequar-se ao aumento de demandas na área Ambiental e Urbanístico, assim, deverá investir em qualificação dos procuradores com cursos, palestras e workshop em áreas voltadas às necessidades do Município.

Além disso, A SAJ deverá atuar na orientação jurídico/legislativa especificamente quanto à preparação do Município para receber a Copa do Mundo de 2014, como cidade Sede, devendo, para isso, adequar sua legislação, atrair investimentos privados e oferecer infraestrutura adequada ao evento, projetando a cidade para o mundo.

Na atuação visando o melhoramento da cidadania da população da cidade a SAJ planeja ampliar os núcleos de mediação de conflitos em comunidades carentes, atuando em conjunto com outras Secretarias (Assistência Social – Direitos Humanos) e também em parcerias com outros Entes Públicos, com a Sociedade civil e Ministério Público do Estado.

Na atuação em defesa do consumidor, a SAJ pretende ampliar os serviços de Assistência ao Consumidor – Procon/Recife – e implantar um sistema informatizado de acompanhamento e controle dos Processos de direito do consumidor, bem como estabelecer parcerias com os demais Entes Públicos, Universidades, sociedade organizada e instituições de defesa do consumidor para atuar conjuntamente em ações de educação para o consumo.

- *Gestão de Pessoas*

Como parte dos compromissos de melhoria da qualidade dos processos internos são também apontadas orientações e ações que dizem respeito ao cotidiano da prefeitura, enquanto espaço institucional e espaço material, e todo seu pessoal, à cargo da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas.

Em relação à administração do prédio sede há de se ter presente uma inadiável necessidade do projeto de requalificação que contém no seu bojo o disciplinamento do acesso ao edifício, a modernização das instalações, a recuperação estrutural do edifício, a segurança patrimonial e pessoal e a observância a lei de acessibilidade.

É importante, também, buscar o disciplinamento do uso de energia elétrica como forma de reduzir desperdícios, recuperar as instalações sanitárias de todos os andares, corrigir o sistema de vedação das esquadrias, modernização dos elevadores, da comunicação visual do edifício sede e da subestação.

Com a aquisição do terreno contíguo ao edifício sede outras iniciativas serão implementadas tanto para dar maior funcionalidade as atividades do Município voltadas para a população, quanto para se ter um maior aproveitamento dos espaços existentes incluindo-se, dentre outras as seguintes ações, preliminarmente: Instalação do Arquivo Público Municipal; Mini Centro de Convenções constando de auditório e salas de reunião; Espaço para o desenvolvimento do Comércio Solidário; Creche Municipal; Ampliação do Estacionamento.

Com relação ao Sistema de Cadastro e Folha de Pagamento, a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas atuará em várias frentes. O objetivo é de torná-lo mais preciso, ágil e

seguro utilizando-se, do Sistema de Gestão de Frequência por biometria, Recadastramento dos Servidores e Perícias Médicas, de forma integrada.

Com a gestão das “Perícias Médicas”, além da função precípua desta atividade a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas pretende regularizar o gritante absenteísmo originado de licenças médicas.

Com o Sistema de Gestão de Frequência por biometria, a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas objetiva melhorar a qualidade dos serviços públicos, em especial em áreas essenciais como educação e saúde, implantando instrumentos eficazes para controle da assiduidade dos servidores e de todo o contingente de profissionais envolvidos com o atendimento à população.

Além disso, existe também o interesse em utilizar meios para controlar o ingresso e circulação de pessoas em determinados locais que tenham sido previamente considerados de acesso restrito e passíveis de monitoração.

O recadastramento de todos os servidores do Município, assim entendidos: ativos, inativos, da administração direta e indireta e cargos comissionados proporcionará uma consistente base de dados permitindo dentre outros, e no âmbito da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, a aferição da folha de pagamento e o desenvolvimento de um amplo programa de capacitação e melhoria de produtividade dos seus servidores.

A Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas desenvolverá projetos de modernização das suas atividades de forma a prestar melhor serviço e com celeridade aos servidores municipais, sobretudo em relação aos pedidos de aposentadoria, licença prêmio e outros benefícios.

A seguir são apontadas ações a serem empreendidas no período 2010-2013:

1. Políticas de Administração e Gestão de Pessoas:

- Elaboração do Plano de Cargos e Carreiras;
- Recadastramento;
- Gestão de Frequência;
- Gestão de Acesso;
- Folha de Pagamento;
- Cessão de Servidores;

- Atualização do Estatuto do Servidor;
- Atualização do Organograma;
- Elaboração de Manual de Atribuições;
- Capacitação de Servidores Municipais;
- Plano de Desligamento Voluntário de Servidores;
- Informatização dos sistemas de atendimento ao servidor (aposentadoria, licença prêmio).

2. Melhoria de Atendimento ao Cidadão (terreno contíguo ao edifício sede).

- Instalação do Arquivo Público Municipal;
- Mini Centro de Convenções constando de auditório e salas de reunião;
- Espaço para o desenvolvimento do Comércio Solidário;
- Creche Municipal;
- Ampliação do Estacionamento;

3. Melhoria na Infra Estrutura do Prédio.

- Modernização da Subestação;
- Troca dos Quadros de disjuntores de Baixa Tensão
- Central de Ar Condicionado;
- Troca da tubulação de águas pluviais;
- Restauração das esquadrias de alumínio do edifício sede;
- Aquisição de monta carga;
- Modernização dos Elevadores;
- Modernização da Comunicação Visual do edifício sede;
- Recuperação das instalações sanitárias.

○ *Previdência e saúde do servidor*

O sistema de Previdência do servidor tem para os próximos quatro anos, os seguintes desafios:

- a) Realização anual de Estudo Atuarial, que deve ser realizado ao final de cada exercício. O estudo é exigência legal e apresenta análises técnicas de atuária, que orientam o governo municipal a proceder a ajustes nos fundos previdenciários, promovendo sua sustentabilidade e equilíbrio futuros.

Considerando que nos últimos anos houve, além da contratação de mais de 2 mil agentes de saúde em 2007, realização de diversos concursos públicos, nas áreas de

saúde, educação, finanças e outros órgãos, gerando uma grande inclusão de novos servidores no sistema, a realização de Estudos Atuariais é vital para a manutenção do equilíbrio do Fundo RECIPIREV.

- b) Aquisição de Sistema Gerenciador de Regimes Próprios de Previdência que contemple soluções de tecnologia da informação hoje inexistentes no RECIPIREV, tais como: cadastro previdenciário, simuladores de concessão de benefícios, acompanhamento de processos, contribuições entre outras funcionalidades. Este modelo acompanhará o moderno conceito utilizado hoje pelo Ministério da Previdência, encurtando o tempo de concessão de benefícios e garantindo maior eficácia dos processos internos, promovendo inclusive um maior controle financeiro com a separação da folha de pagamento de benefícios previdenciários dos servidores ativos do município.
- c) Realização de Concurso Público, com vistas à criação de quadro funcional próprio e carreira de Analistas e Técnicos Previdenciários.
- d) Qualificação Especializada na área de RPPS, através da formação de 25 servidores públicos municipais no Curso de Pós graduação em Regimes Próprios de Previdência.
- e) Instituir Grupo Especial de Trabalho para, em parceria com a FUNAPE e com o Ministério da Previdência (INSS), resgatar recursos públicos municipais oriundos da Compensação Previdenciária. Esta compensação previdenciária é regulada pela lei federal nº 9.796/1999 e a MP 374/2007 determinou o prazo para conclusão da análise até 31/05/2010. Estimamos que estes recursos cheguem R\$ 50.000.000, 00 (cerca de oitenta milhões) para o RPPS do município do Recife.

Os desafios para os próximos anos, porém de impacto em 2009/2010, referem-se basicamente à adoção de medidas relativas ao controle e regulação do Saúde-Recife, com o objetivo de propiciar a redução de despesas com o sistema, sem redução da qualidade do atendimento, considerando que o Tesouro Municipal tem financiado mais de 60% da fatura mensal das despesas com a assistência médica funcional. Outros desafios são:

- a) A exemplo da Previdência há necessidade de realização de Estudo Atuarial com o objetivo de orientar discussão sobre o melhor equacionamento do equilíbrio financeiro do Plano de Saúde Funcional;
- b) Consolidação do Programa de Prevenção do Câncer de Mama já implementado em 2007, e implementação de outros importantes programas de saúde preventiva, a exemplo do Programa de Prevenção a *diabetes melitus* e do Programa de Prevenção e Controle de HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica);
- c) Adequação Legal e Regulamentar quanto a aspectos normativos detectados em 2007 e 2008, que necessitam de nova legislação;

- d) Alugar espaço físico para Instituir um serviço próprio de Consultas de Urgência e triagem, como porta de entrada na rede de serviços médicos, para os beneficiários, com vistas a melhorar o atendimento e reduzir despesas com a rede credenciada;
- e) Realização de Concurso Público, com vistas à criação de quadro funcional próprio de Médicos e Profissionais da área de Saúde.